

Momento delicado

Em política, certos encadeamentos são absolutamente inevitáveis. O fator econômico depende do político e este do psicossocial. Não há como romper o elo. E é exatamente isso o que ocorre neste momento: a superexposição do Governo às denúncias de corrupção aumenta seu descrédito popular que, por sua vez, realimenta a espiral inflacionária — que, por fim, mantém os credores internacionais em guarda, receosos de novos desembolsos ou refinanciamentos. E, sem eles, a crise prossegue, impassível, sua marcha devastadora, com o Brasil excluído das benesses do sistema financeiro internacional.

O ministro Marcílio Marques Moreira, que presentemente conversa com os credores nos Estados Unidos, constata esse fenômeno *in loco*. Seus argumentos de que a inflação, embora alta, está sob controle e tende a baixar não foram exatamente convincentes, ainda que brilhantes ou sinceros. É natural. A recessão, a terceira do governo Collor, já dura alguns meses. É mesmo a maior de que se tem notícia, superando a do início dos anos 80. Há desemprego, carestia, achatamento salarial e desassossego social. Mesmo assim, a inflação mensal mantém-se no estratosférico patamar de 24 por cento. O sufoco estaria, pois, sendo inútil.

O ex-ministro Mário Simonsen, que integra a direção do Citibank — o principal credor do Brasil —, certamente não exprimiu apenas um ponto de vista pessoal quando defendeu a dolarização imediata da economia brasileira. Ele quer a volta do controle de preços para alguns produtos básicos e o dólar como indexador. O Governo diz que não, que essa fórmula está ultrapassada. Mas os credores não pensam assim.

Vêem o Brasil de Collor como uma situação singular, pouco ortodoxa ou, mesmo, nada ortodoxa. Não bastam fórmulas engenhosas para repor equilíbrio à economia, na medida em que um dos componentes mais poderosos — talvez o principal — do processo inflacionário é o de natureza psicossocial. Não confiando no Governo, os agentes econômicos procuram defender os seus interesses, reajustando preços de maneira exorbitante, especulando, estocando mercadorias etc. Outro encadeamento perverso — e inevitável.

Presentemente, com o recrudescimento das denúncias de corrupção, envolvendo figuras do primeiro escalão, próximas ao centro de decisões, o desgaste da imagem do Governo alcança níveis preocupantes. Os reflexos disso assustam os credores. O capital é, por natureza, assustado. Os primeiros gestos de boa vontade e até de entusiasmo, registrados nas conversas do final do ano passado, não se confirmaram na rodada seguinte de negociações com o Clube de Paris. E agora, com os banqueiros norte-americanos, menos ainda. O que mudou entre cada um daqueles momentos? Aparentemente, o grau de exposição e de fragilidade do governo Collor às denúncias de corrupção, envolvendo gente de seus escalões superiores.

A comunidade financeira internacional não lida apenas com números ou com a letra fria das cartas de intenção. Habitua-se, em suas avaliações, a levar em conta não apenas os balanços e as projeções contábeis, mas, sobretudo, o noticiário dos jornais e as pesquisas de opinião. E, aí, o governo Collor, digamos, atravessa um momento delicado. Mais um, registre-se.